

Bion Brasil

A moeda dos ricos e o voto dos pobres

O GLOBO

J. CARLOS DE ASSIS

É impressionante a audácia com que se fala em um relativo êxito na política econômica, alegando-se que uma inflação de 40% ao mês é melhor que uma de 45%, ou que uma inflação de 50% é melhor que 60%. Realmente qualquer situação, mesmo ruim, pode ser apresentada como melhor quando comparada a uma situação imaginária que seja pior. Trata-se de um truque semântico. Com base nele, pratica-se neste momento a mais insana política monetária que se tem notícia na história do País, e provavelmente no mundo capitalista.

A política de juros reais positivos, no over, foi o que restou do Plano Verão como instrumento de suposto controle macroeconômico da inflação. A justificativa apresentada era que, em face do inevitável retardamento dos efeitos da política fiscal proposta, a adoção de juros altos constituiu um eficiente mecanismo temporário de controle da demanda, pela suspensão ou adiamento do consumo. A inflação prosseguiu acelerada, mas insiste-se na mesma linha, agora sob o argumento de que é um modo de evitar a hiperinflação. Só nos últimos quatro meses, o

rendimento real, no over, já descontado o imposto, alcançou 11,40%. É um escândalo. Esta política monetária sacrifica no País a instituição da "moeda financeira". Tem apoio do meio empresarial e acadêmico pelo simples motivo de que a moeda financeira é a moeda corrente das classes afluentes, e porque o pensamento acadêmico convencional tende a adaptar-se às conveniências dos poderosos. Isso não impede ao observador comum perceber que se trata da mais iníqua das formas de distribuição de renda contra os mais fracos, e da mais ineficiente forma de premiar o capital parasitário.

A moeda financeira — moeda que rende juros reais, ao dia — está promovendo a mais desumana divisão da sociedade brasileira desde a abolição da escravatura. Divide os cidadãos em duas classes, pelo acesso que podem ter ou não às "contas remuneradas" e aos fundos de curíssimo prazo nas instituições financeiras. Aquelas que pertencem à privilegiada casta dos que têm um fluxo de renda suficiente para o depósito inicial mínimo, como base para saques e depósitos correntes, não sofrem os efeitos da inflação e acabam ganhando com ela. Os que não têm sofrem o impacto direto da inflação sobre o seu rendimento mensal, com a corrosão diária do seu poder aquisitivo.

Isso explica a aparente tolerância da sociedade brasileira em relação a uma inflação de 40% ao mês. Em outros países, e mesmo no Brasil em outras circunstâncias, inflação muito menor já teria provocado uma reação à altura da gravidade

de seus efeitos. Aqui, a equipe econômica acabou comprando sustentação política, junto às elites, ao garantir-lhes a moeda superindexada. Inconformada com a situação inflacionária é a massa das classes D e E, que constituem a maioria do eleitorado. Explica-se assim que tenham mandado para o segundo turno das eleições Collor e Lula, por identificar neles a oposição contra "tudo o que está ai".

Porque temos uma moeda de ricos, e outra de pobres ou miseráveis, os riscos da hiperinflação tornaram-se um debate bizantino. Para os pobres, a hiperinflação não é um risco, mas um fato. Para os que disparam de poupança, não há sequer inflação. E para alguns privilegiados, há de fato deflação, na medida em que sua moeda, indexada ao over, se valoriza relativamente à média dos preços.

Isso, aliás, já o reconheceu o mais ortodoxo dos nossos economistas, Octávio Gouveia de Bulhões, embora ainda não o reconheçam os epígonos mais jovens do monetarismo ideológico, e muito menos os atuais executores da política monetária.

Remover o legado espúrio da moeda com juros reais, base atual de nossas operações financeiras, é o desafio central à política econômica do próximo Presidente. Não implica o calote da dívida interna. Implica, sim, tratar dívida como poupança — neste caso, e só neste, premiada com uma taxa real de juros — e tratar moeda como moeda. Ou dar à moeda dos ricos e dos afluentes as mesmas condições da moeda dos pobres.